

Autora: Eriane Martins Pacheco

Mestra em Política Social e Serviço Social UFRGS

Doutoranda em Ciência Política UFRGS

Orientadora: Prof Dra Cibele Cheron

Resumo: Este trabalho propõe uma reflexão crítica sobre o conceito e a ascensão da violência política de gênero e raça no Brasil, com foco no espaço da política institucional. Nesse locus, observa-se a intensificação da violência dirigida a corpos negros e LGBTQIA+, que desafiam o perfil normativo consolidado pelo sistema de privilégios sustentado pela sociabilidade capitalista. A partir da vivência de mulheres negras e do aporte de referenciais teóricos interseccionais, o estudo busca elucidar os sentidos da violência racial e de gênero e suas implicações no campo político institucional. Tal fenômeno é compreendido como expressão do patriarcado supremacista branco na contemporaneidade brasileira. Reconhecendo a centralidade da interseccionalidade na análise dessas dinâmicas de exclusão e opressão, o artigo busca situar criticamente a violência política de gênero e raça no contexto atual. Por fim, discute-se a necessidade de construção de estratégias de resistência frente a essas violências, destacando o papel do Estado e da sociedade no enfrentamento das ameaças à continuidade de mandatos democraticamente constituídos — ameaças que colocam em xeque o já frágil e inacabado projeto democrático brasileiro.

Resumo expandido:

Título: O Corpo Político em Disputa: Violência de Gênero e Raça como Obstáculo à Democracia no Brasil

A violência política de gênero e raça tem se consolidado como uma das formas mais graves de limitação da participação democrática no Brasil contemporâneo. Este fenômeno ocorre em um contexto de intensificação dos conflitos sociais e avanço de pautas conservadoras, que reforçam estruturas excludentes historicamente sedimentadas na sociedade brasileira. No espaço da política institucional, multiplicam-se os relatos e evidências de ataques direcionados a parlamentares negras, indígenas, trans e LGBTQIA+, cujos corpos e identidades dissidentes confrontam o modelo hegemônico de representação política, historicamente ocupado por homens brancos, cisgêneros e heterossexuais. Esses episódios não são pontuais, mas expressão de uma lógica estrutural baseada na manutenção de um sistema patriarcal, racista e classista, que opera para limitar o acesso e a permanência de sujeitos subalternizados/as nas esferas de poder.

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o conceito e o crescimento da violência política de gênero e raça no Brasil, tomando como referência a experiência de mulheres negras no exercício de mandatos eletivos. Busca-se compreender de que modo tais violências se estruturam como mecanismo de exclusão política, e de que forma elas operam para deslegitimar a presença de corpos e vozes dissidentes no interior das

instituições democráticas. Parte-se de uma abordagem teórico-metodológica interseccional, fundamentada nos aportes de autoras como Angela Davis (2016), Lélia Gonzalez (2020), Sueli Carneiro (2019) e Kimberlé Crenshaw (2002), que compreendem as opressões de gênero, raça e classe como indissociáveis. A interseccionalidade é aqui entendida não apenas como uma ferramenta de análise, mas como um posicionamento político e epistemológico frente às desigualdades estruturais que atravessam o campo político-institucional.

A metodologia adotada consiste em uma análise qualitativa, com base em revisão bibliográfica e documental, articulando marcos teóricos do feminismo negro com dados produzidos por instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil, como a Rede de Observatórios da Segurança, o Instituto Marielle Franco e a ONU Mulheres Brasil. Essa escolha metodológica visa integrar diferentes camadas de análise — teórica, empírica e política — para dar conta da complexidade do fenômeno investigado. Além disso, a pesquisa incorpora análises de casos emblemáticos de violência política, como os ataques sofridos por vereadoras, deputadas estaduais e federais negras em diferentes partes do país.

Os resultados parciais da investigação apontam que a violência política contra mulheres negras e LGBTQIA+ se manifesta de forma sistemática por meio de ameaças, perseguições, campanhas de difamação, tentativas de cassação de mandatos, assédio moral e físico, entre outras formas de ataque que têm como objetivo desestabilizar, intimidar e inviabilizar o exercício legítimo de seus cargos. Além da violência direta, essas práticas provocam um efeito silenciador, desestimulando a participação política de outros sujeitos subalternizados e aprofundando a desigualdade na representação política. Observa-se que a presença dessas lideranças nos espaços institucionais é constantemente deslegitimada, seja por discursos que questionam sua competência, seja pela tentativa de desqualificar as pautas que representam.

A análise também evidencia que o enfrentamento dessas violências exige o fortalecimento de mecanismos institucionais de proteção e responsabilização, como a implementação de protocolos específicos de acolhimento, o reconhecimento legal da violência política de gênero e raça, e a atuação ativa de partidos políticos na defesa de suas filiadas. É igualmente necessário ampliar o debate público sobre democracia, representatividade, interseccionalidade e justiça social, de forma a romper com a naturalização dessas violências e promover uma cultura política comprometida com a diversidade e os direitos humanos.

Conclui-se que a violência política de gênero e raça deve ser compreendida como um dos principais obstáculos à consolidação da democracia brasileira. A permanência de mandatos democraticamente eleitos de pessoas negras, mulheres e LGBTQIA+ está

diretamente ameaçada por forças conservadoras que buscam restringir a diversidade no espaço público, reafirmando hierarquias de poder historicamente excludentes. Dessa forma, torna-se urgente a construção de estratégias de resistência baseadas na mobilização social, na solidariedade institucional e no compromisso efetivo do Estado com a garantia da integridade, da liberdade e do exercício pleno dos direitos políticos das mulheres e de demais grupos marginalizados. O fortalecimento de uma democracia efetivamente plural passa, necessariamente, pelo enfrentamento dessa violência estrutural que persiste em minar os alicerces da representação democrática no país.

Referências:

CARNEIRO, S. **Escrito para não morrer**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Instituto Marielle Franco. **Relatório 'Violência Política e Eleitoral no Brasil'**. Disponível em: <https://www.institutomariellefranco.org.br>. Acesso em 16.05.25.

ONU Mulheres Brasil. **Violência política de gênero no Brasil**. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br>. Acesso em 16.05.25.

Rede de Observatórios da Segurança. **Violência política e de gênero no Brasil**. 2023.